

Copel Comercialização S.A.

CNPJ/MF 19.125.927/0001-86

NIRE: 41300088284

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2015

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
PERFIL ORGANIZACIONAL	4
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	6
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações de Resultados	8
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Demonstrações do Valor Adicionado	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1 Contexto Operacional	12
2 Base de Preparação	12
3 Principais Políticas Contábeis	13
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	16
5 Transações com Partes Relacionadas	17
6 Tributos	17
7 Investimentos	18
8 Obrigações Sociais e Trabalhistas	19
9 Benefícios Pós-Emprego	19
10 Patrimônio Líquido	24
11 Despesas Operacionais	25
12 Resultado Financeiro	26
13 Instrumentos Financeiros	27
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A economia brasileira foi submetida a dura prova em 2015. E o setor elétrico, engrenagem essencial à totalidade da cadeia produtiva, não fugiu a esta realidade, confrontando dificuldades específicas nos cenários regulatório, econômico e ambiental que apenas lenta e paulatinamente vêm sendo equacionadas. Em meio à adversidade, a Copel Comercialização S.A. soube criar, a partir destes mesmos desafios, as oportunidades de crescimento que somente as crises mais complexas oferecem.

A Companhia se estabelece no mercado sob a insígnia Copel Energia, passando a atuar com mais efetividade e especialização no competitivo mercado livre de compra e venda de energia.

A alteração estatutária de Copel Participações S.A. para Copel Comercialização S.A em janeiro de 2016 tem por objetivo o pleno aproveitamento das oportunidades comerciais, aumentando sua participação no mercado.

Em razão dos níveis tarifários das concessionárias de distribuição, há um movimento acelerado de migração dos consumidores regulados para o Ambiente de Comercialização Livre – ACL. Portanto, esse realinhamento estratégico responde à tendência de migração de grandes consumidores de energia do mercado regulado para o livre, abrindo-se uma oportunidade para Companhia.

Curitiba, 22 de março de 2016

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani

Diretor Presidente em exercício

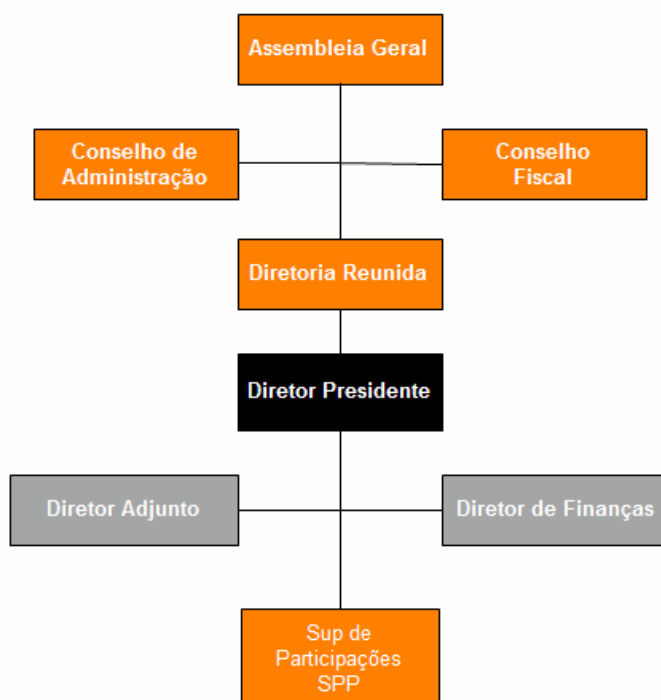
PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Comercialização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Copel. Foi constituída em 2013 com o objeto de participar em outras sociedades ou Fundos de Investimentos em Participações.

Em 28.01.2016 — através da 141ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel — foram aprovados ajustes no estatuto social da Copel Participações S.A. com a finalidade de alterar a denominação, para Copel Comercialização S.A., e o objeto social principal, para comercializar energia e prestar serviços correlatos.

A instituição da comercializadora visa reforçar o posicionamento da Copel no mercado e melhorar a eficiência, permitindo maior agilidade e flexibilidade na comercialização de energia.

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Companhia:



Copel Comercialização em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2015	2014	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	257.546	230.525	11,7
Caixa e equivalentes de caixa	4.347	1.760	147,0
Custos e despesas operacionais	6.123	5.228	17,1
Equivalência patrimonial	24.767	1.317	1.780,6
Resultado das atividades	(6.123)	(5.228)	17,1
EBITDA ou LAJIDA	18.644	(3.911)	(576,7)
Resultado financeiro	(603)	(304)	98,4
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	18.041	(4.215)	(528,0)
Patrimônio líquido	252.074	228.382	10,4
Juros sobre o capital próprio	4.601	-	-
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,8	3,0	(4,5)
Liquidez geral (índice)	2,7	2,6	2,9
Participação de capital de terceiros (%)	2,1	0,9	128,6
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	7,9	(1.035,6)	(100,8)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente CRISTIANO HOTZ
Secretário Executivo VAGO
Membro RICARDO GOLDANI DOSSO

CONSELHO FISCAL

Presidente JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN
NELSON LEAL JUNIOR
Membros Suplentes OSNI RISTOW
ROBERTO BRUNNER
GILMAR MENDES LOURENÇO

DIRETORIA

Diretor Presidente LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI (Interino)
Diretor de Finanças LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor Adjunto FRANKLIN KELLY MIGUEL

CONTADORA

CRC-PR-041655/O-6 NANCY ATENALIA ALVES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.347	1.760
Dividendos a receber	5	9.067	3.224
Outros créditos		23	29
Imposto de renda e contribuição social	6.1	1.291	569
Despesas antecipadas		-	17
		14.728	5.599
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		39	19
		39	19
Investimentos	7	242.652	224.907
Intangível		127	-
		242.818	224.926
TOTAL DO ATIVO		257.546	230.525

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	8	537	583
Partes relacionadas	5	135	788
Fornecedores		154	54
Obrigações fiscais	6.2	527	311
Dividendos a pagar	5	3.815	-
Benefícios pós-emprego	9	3	-
Outras contas a pagar		1	142
		5.172	1.878
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações fiscais	6.2	43	20
Benefícios pós-emprego	9	257	245
		300	265
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10.1	232.789	231.089
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.500	1.700
Ajustes de avaliação patrimonial	10.2	8.905	249
Reserva legal	10.3	669	-
Reserva de retenção de lucros	10.3	8.115	-
Dividendo adicional proposto	10.4	96	-
Prejuízos acumulados		-	(4.656)
		252.074	228.382
TOTAL DO PASSIVO		257.546	230.525

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(6.123)	(5.228)
Resultado da equivalência patrimonial	6.1	24.767	1.317
		18.644	(3.911)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		18.644	(3.911)
Resultado Financeiro	12		
Receitas financeiras		450	7
Despesas financeiras		(1.053)	(311)
		(603)	(304)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		18.041	(4.215)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		18.041	(4.215)
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos (perdas) com passivos atuariais	10.2		
benefícios pós-emprego		31	(245)
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		8.625	494
Total de outros resultados abrangentes		8.656	249
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		26.697	(3.966)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014		848	-	-	-	-	-	(441)	407
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(4.215)	(4.215)
Outros resultados abrangentes									
Ganhos atuariais	10.2	-	-	249	-	-	-	-	249
Resultado abrangente total do exercício		-	-	249	-	-	-	(4.215)	(3.966)
Recebimento de adiantamento		-	1.700	-	-	-	-	-	1.700
Aumento de capital		230.241	-	-	-	-	-	-	230.241
Saldo em 31 de dezembro de 2014		231.089	1.700	249	-	-	-	(4.656)	228.382
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	18.041	18.041
Outros resultados abrangentes									
Ganhos atuariais	10.2	-	-	8.656	-	-	-	-	8.656
Resultado abrangente total do exercício		-	-	8.656	-	-	-	18.041	26.697
Recebimento de adiantamento		-	1.500	-	-	-	-	-	1.500
Aumento de capital		1.700	(1.700)	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:									
Reserva legal		-	-	-	669	-	-	(669)	-
Juros sobre o capital próprio	10.4	-	-	-	-	-	96	(4.601)	(4.505)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	8.115	-	(8.115)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		232.789	1.500	8.905	669	8.115	96	-	252.074

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		18.041	(4.215)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Resultado da equivalência patrimonial	7.1	(24.767)	(1.317)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	9.4	47	19
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	9.4	397	404
		(6.282)	(5.109)
Redução (aumento) dos ativos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		9.804	569
Depósitos judiciais		(20)	(19)
Outros créditos		6	(29)
Imposto de renda e contribuição social		(722)	(569)
Despesas antecipadas		17	(17)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(46)	493
Fornecedores		100	54
Outras obrigações fiscais		(451)	331
Benefícios pós-emprego	9.4	(398)	(426)
Outras contas a pagar		(141)	142
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.867	(4.580)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de intangível		(127)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(127)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de obrigações com partes relacionadas		1.500	788
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.700
Aumento de capital		-	3.352
Amortização de principal de obrigações contraídas com partes relacionadas		(653)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		847	5.840
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.587	1.260
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.760	500
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	4.347	1.760
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.587	1.260

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2015	31.12.2014
Receitas	-	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Material, insumos e serviços de terceiros	927	304
Outros insumos	34	37
	961	341
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(961)	(341)
(-) Depreciação e amortização	-	-
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(961)	(341)
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	450	7
Resultado de participações societárias	24.767	1.317
	25.217	1.324
	24.256	983

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	3.362		3.199	
Planos previdenciário e assistencial	407		423	
Auxílio alimentação e educação	178		156	
Encargos sociais - FGTS	252		231	
Participação nos lucros e/ou resultados	113		152	
	4.312	17,8	4.161	423,3
Governo				
Federal	1.868		1.033	
	1.868	7,7	1.033	105,1
Terceiros				
Juros	9		-	
Arrendamentos e aluguéis	26		4	
	35	0,1	4	0,4
Acionistas				
Remuneração do capital próprio	4.601		-	
Lucros (prejuízos) retidos na empresa	13.440		(4.215)	
	18.041	74,4	(4.215)	(428,8)
	24.256	100,0	983	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Comercialização S.A., (Companhia), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora).

A Companhia foi constituída sob a denominação social de Copel Participações S.A. e, conforme aprovação ocorrida na 141ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel, em 28.01.2016, a sua denominação foi alterada para Copel Comercialização S.A. e o seu objeto social foi alterado de participação em outras sociedades para comercialização de energia e prestação de serviços correlatos.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22.04.2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo;
- o investimento em empreendimento controlado em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial; e

- O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pela dedução do valor justo dos ativos do plano do valor presente da obrigação atuarial calculada por atuário contratado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 13 - Instrumentos financeiros;
- NE nº 3.4 - Redução ao valor de recuperável de ativos; e
- NEs nºs 3.5 e 9 - Benefícios pós-emprego.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto

Os empreendimentos controlados em conjuntos são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros

3.2.3 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.4 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.5 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Nos exercícios de 2015 e 2014 não foram reconhecidos ativos e passivos fiscais diferidos, por não atenderem a todos os critérios para o seu reconhecimento.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.5 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.7 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.8 Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. Não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

3.9 Novas normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquela que pode ser relevante para a Companhia é a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e bancos conta movimento	92	160
Aplicações financeiras de liquidez imediata	4.255	1.600
	4.347	1.760

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor

(Banco), de comprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo circulante		
Empreendimento controlado em conjunto - Dominó Holdings - dividendos a receber	9.067	3.224
Passivo circulante		
Controladora - Copel - compartilhamento de despesas	135	788
- dividendos a pagar	3.815	-

Em 2015, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, R\$ 1.336 (R\$ 1.384, em 2014), encargos sociais, R\$ 374 (R\$ 323, em 2014), outros gastos, R\$ 14 (R\$ 17, em 2014), e com planos previdenciário e assistencial, R\$ 74 (R\$ 193, em 2014), conforme NEs nºs 11.1 e 9.3.

Em 2015, dos totais pagos aos Administradores, os valores de R\$ 34, na NE nº 11.1, e R\$ 3, na NE nº 9.3, referiram-se a serviços de pessoal-chave prestados pela Controladora, conforme contrato de compartilhamento de custos, assinados entre as partes.

6 Tributos

6.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	1.981	569
IR e CSLL a compensar com IRRF sobre JSCP	(690)	-
	1.291	569

6.2 Obrigações fiscais

	31.12.2015	31.12.2014
Passivo circulante		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	526	311
IRRF sobre JSCP	690	-
IRRF sobre JSCP a compensar com o IR e CSLL ativo	(690)	-
Outros tributos	1	-
	527	311
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	43	20
	43	20

(a) Mandado de segurança no qual a Companhia contesta a incidência de contribuição do Senai sobre determinadas verbas trabalhistas. Os valores contestados vêm sendo depositados judicialmente.

6.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2015	31.12.2014
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	18.041	(4.215)
IRPJ e CSLL (34%)	(6.134)	1.433
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	4.794	(697)
Juros sobre o capital próprio	1.564	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(224)	(655)
Outros	-	(81)
IRPJ e CSLL correntes	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-
Alíquota efetiva - %	0,0%	0,0%

7 Investimentos

A Companhia participa com 49% do capital social do empreendimento controlado em conjunto Dominó Holdings S.A., com sede na cidade de Curitiba/PR e com a atividade principal de participação em sociedades de saneamento básico.

7.1 Mutações do investimento

Em 1º.12.2014	226.889
Equivalência patrimonial	1.317
Ajuste de avaliação patrimonial	494
Juros sobre capital próprio	(3.793)
Em 31.12.2014	224.907
Equivalência patrimonial	24.767
Ajuste de avaliação patrimonial	8.625
Juros sobre capital próprio	(15.647)
Em 31.12.2015	242.652

7.2 Principais grupos de ativo, passivo e resultado do empreendimento controlado em conjunto

31.12.2015	Dominó Holdings S.A. (a)
ATIVO	516.611
Ativo circulante	19.250
Caixa e equivalentes de caixa	2.852
Outros ativos circulantes	16.398
Ativo não circulante	497.361
PASSIVO	516.611
Passivo circulante	21.401
Patrimônio líquido	495.210
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Custos e despesas operacionais	(955)
Resultado financeiro	(22.942)
Equivalência patrimonial	74.444
Lucro do exercício	50.547
Outros resultados abrangentes	17.601
Resultado abrangente total	68.148

(a) Saldos ajustados às práticas contábeis da Companhia.

8 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2015	31.12.2014
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	168	190
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	67	74
	235	264
Obrigações trabalhistas		
Férias	189	201
Participação nos lucros e/ou resultados	113	118
	302	319
	537	583

9 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

9.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Variável - CV.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

9.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

9.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2015	31.12.2014
Plano assistencial	260	245
	260	245
	Circulante	3
	Não circulante	257
		-
		245

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2015	31.12.2014
Plano previdenciário (CV)	182	157
Plano previdenciário (CV) - administradores	67	180
Plano assistencial - pós-emprego	69	18
Plano assistencial - funcionários ativos	79	55
Plano assistencial - administradores	10	13
	407	423

9.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2014	3	-	3
Apropriação do cálculo atuarial	-	19	19
Contribuições previdenciárias e assistenciais	404	-	404
Ajuste referente a perdas atuariais	-	245	245
Transferências	19	(19)	-
Amortizações	(426)	-	(426)
Em 31.12.2014	-	245	245
Apropriação do cálculo atuarial	-	47	47
Contribuições previdenciárias e assistenciais	397	-	397
Ajuste referente a ganhos atuariais	-	(31)	(31)
Transferências	4	(4)	-
Amortizações	(398)	-	(398)
Em 31.12.2015	3	257	260

9.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

9.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2015 e 2014, estão demonstradas a seguir:

	2015		2014	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	6,80%	-	6,40%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	7,29%	14,59%	6,14%	12,93%
Planos de benefício assistencial	7,26%	14,55%	6,17%	12,96%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	8,94%	2,00%	8,53%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		A. VINDAS		A. VINDAS

9.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano BD	Plano CV
Em 31.12.2015		
Participantes aposentados	15,62	25,68
Participantes pensionistas	16,64	28,65
Em 31.12.2014		
Participantes aposentados	16,75	24,67
Participantes pensionistas	17,17	32,62

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é de 64,9 anos.

9.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do plano previdenciário para 31.12.2015 totalizaram um superávit do plano de R\$ 52, enquanto que, em 31.12.2014, a posição era de R\$ 32, resumidas abaixo:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial	31.12.2015	31.12.2014
Obrigações total ou parcialmente cobertas	265	332	597	1.057
Valor justo dos ativos do plano	(317)	(72)	(389)	(844)
Estado de cobertura do plano	(52)	260	208	213
Ativo não reconhecido	52	-	52	32
	-	260	260	245

A Companhia procedeu ajustes no seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2015, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 31, correspondente a uma redução apurada naquela data base.

9.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2014	-	-
Perdas atuariais	771	286
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2014	771	286
Custo de serviço	-	16
Custo dos juros	92	36
Ganhos atuariais	(598)	(6)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2015	265	332

9.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2014	-	-
Contribuições e aportes	5	-
Ganhos atuariais	798	41
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2014	803	41
Retorno esperado dos ativos	104	5
Ganhos / (perdas) atuariais	(590)	26
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2015	317	72

9.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2016, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2016
Custo do serviço corrente	-	199	199
Custo estimado dos juros	39	53	92
Rendimento esperado do ativo do plano	(45)	(7)	(52)
Custos (receitas)	(6)	245	239

9.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados		
	Atual	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	7,29%	-6,86%	7,86%
Impactos em milhares de reais - R\$		(18)	21
Impactos nas obrigações do programa de saúde	7,26%	-18,83%	25,07%
Impactos em milhares de reais - R\$		(63)	83
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	5,69%	-5,40%
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte - em milhares de reais - R\$		28	(34)
Sensibilidade ao custo do serviço			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1,00%	-0,18%	0,24%
Impactos em milhares de reais - R\$		-	-
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1,00%	-4,97%	3,76%
Impactos em milhares de reais - R\$		(17)	12

9.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados a seguir:

	Plano previdenciário	Outros benefícios	Total
2016	236	-	236
2017	438	-	438
2018	409	8	417
2019	398	7	405
2020	371	7	378
2021 a 2055	4.200	331	4.531

9.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2015 e a alocação-meta para 2016, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2016	2015
Renda fixa	87,6%	88,6%
Renda variável	4,2%	3,7%
Empréstimos	1,6%	1,6%
Imóveis	1,9%	1,9%
Investimentos estruturados	4,7%	4,2%
	100,0%	100,0%

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado (BD)		Plano III (CV)	
	meta (%) ^(*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	91,7%	87,0%	80,0%	60,0%
Renda variável	1,8%	1,0%	8,5%	7,0%
Empréstimos	1,0%	0,0%	3,0%	1,0%
Imóveis	2,5%	1,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	7,5%	0,0%

(*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

10 Patrimônio Líquido

10.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2015 monta a R\$ 232.789 (R\$ 231.089 em 31.12.2014) e é composto por 232.788.933 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

10.2 Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2014	-
Ajustes referentes a passivos atuariais:	
Benefícios pós-emprego	(245)
Benefícios pós-emprego - equivalência (a)	494
Em 31.12.2014	249
Benefícios pós-emprego	31
Benefícios pós-emprego - equivalência (a)	8.625
Em 31.12.2015	8.905

(a) Equivalência patrimonial, líquida de tributos.

10.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

Em 2015, a reserva legal foi constituída com base em 5% do valor remanescente do lucro líquido do exercício, após a absorção dos prejuízos acumulados até 2014, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Em 2015, sua constituição ocorreu mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a absorção dos prejuízos acumulados até 2014, a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos, baseado em orçamento de investimentos a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

10.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2015	31.12.2014
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%) - (1)		
Prejuízos acumulados	(4.656)	(441)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	18.041	(4.215)
Base de cálculo para reserva legal	13.385	(4.656)
Reserva legal (5%)	(669)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	12.716	-
	3.815	-
Distribuição total proposta - (2) (3+5)	4.601	-
Juros sobre o capital próprio, brutos - (3)	4.601	-
Imposto de renda retido na fonte	(690)	-
Juros sobre o capital próprio, líquidos - (4)	3.911	-
Dividendos propostos - (5)	-	-
Distribuição total proposta, líquida - (6) (4+5)	3.911	-
Dividendo adicional proposto (7) (6-1)	96	-

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral Ordinária - AGO, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no estatuto social. Em atendimento ao disposto na ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da AGO, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

11 Despesas Operacionais

	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal e administradores (11.1)	(4.677)	(4.457)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 9)	(407)	(423)
Material	(8)	(8)
Serviços de terceiros (11.2)	(919)	(297)
Outros custos e despesas operacionais	(112)	(43)
	(6.123)	(5.228)

11.1 Pessoal e administradores

	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal		
Remunerações	1.984	1.798
Encargos sociais	644	627
Auxílio alimentação e educação	178	156
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	113	152
	2.919	2.733
Administradores		
Honorários	1.358	1.384
Encargos sociais	380	323
Outros gastos	20	17
	1.758	1.724
	4.677	4.457

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

11.2 Serviços de terceiros

	31.12.2015	31.12.2014
Comunicação, processamento e transmissão de dados	426	23
Treinamento	111	28
Consultoria e auditoria	110	3
Publicação legal	62	21
Manutenção de instalações	32	41
Outros serviços	178	181
	919	297

12 Resultado Financeiro

	31.12.2015	31.12.2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	411	7
Outras receitas financeiras	39	-
	450	7
(-) Despesas financeiras		
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	1.044	311
Outras despesas financeiras	9	-
	1.053	311
Líquido	(603)	(304)

13 Instrumentos Financeiros

13.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2015		31.12.2014	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	4.347	4.347	1.760	1.760
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)			154	154	54	54
Benefícios pós-emprego (b)	8.3		260	260	245	245
Total dos passivos financeiros			414	414	299	299

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realização.
- b) Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.5.

13.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia, por meio de sua Controladora, mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

13.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

13.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2015							
Fornecedores	-	154	-	-	-	-	154
Benefícios pós-emprego	8,94%	20	39	177	1.638	4.531	6.405
		174	39	177	1.638	4.531	6.559
31.12.2014							
Fornecedores	-	54	-	-	-	-	54
Benefícios pós-emprego	8,53%	-	-	2	95	2.283	2.380
		54	-	2	95	2.283	2.434

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

13.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2015 e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação do CDI/Selic de 15,77%, com base na taxa de referência de LTN com vencimento em 1º.01.2017, divulgada pela Bovespa em 30.12.2015. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável..

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2015	Cenários projetados - dez.2016		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	4.255	674	505	337

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Copel Comercialização S.A.

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, representando uma informação adicional às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 22 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR-048555/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. - Copel COM, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração, da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e da Proposta para Aumento do Capital Social e Atualização do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 23 de março de 2016

OSNI RISTOW

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

NELSON LEAL JUNIOR